

SEÇÃO: GOVERNAMENTALIDADE(S) E NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO DA VIDA

## RESISTÊNCIAS FEMINISTAS NA INTERNET: ÉTICA QUEER E FEMINISMO *GLITCH* PARA ESCAPAR DA CAPTURA NEOLIBERAL

*Feminist resistances on Internet: queer ethics and glitch feminism to scape the liberal capture*

Fhoutine Marie Souto<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0009-0001-7863-3671>

[fhoutinem@gmail.com](mailto:fhoutinem@gmail.com)

**Resumo:** Há 50 anos o receituário neoliberal proposto pela Escola de Chicago começou a ser aplicado mundo afora. Pregando redução de gastos públicos, desregulamentação da economia e relações trabalhistas, abertura de mercados à economia global, perda de direitos sociais - esse combo azedo que os países, sobretudo aqueles em desenvolvimento, foram obrigados a engolir, traz de sobremesa a emergência de uma racionalidade e, conseqüentemente, de modos de subjetivação. Este artigo pretende refletir, a partir do ativismo feminista digital e da produção teórica feminista e queer atual, sobre o modo como os sujeitos são produzidos e se articulam politicamente nesse contexto de neoliberalismo em ruínas e as possíveis linhas de fuga.

**Palavras-chave:** Feminismo. Neoliberalismo. Resistências. Internet.

**Abstract:** The neoliberalism rise since the 70's is not only about an economic model, but some kind of government art based on market principles, especially competition. Along decades, the neoliberal governa, neoliberal governmentality also produced a rationality, in which subjectivities are formed like a company. This article aims to analyze how this movement reflects on what Johanna Oksala called "neoliberal subject of feminism", considering the chances of resistance in the virtual space for escaping the market and states' assimilation. For this task, it dialogues with the concepts of two young feminist authors: Luísa Amaral, from Brazil, and Legacy Russell, from the United States. They wrote about queer ethics and glitch feminism..

**Keywords:** Feminism. Neoliberalism. Resistances. Internet.

### 1 Introdução

Na década de 1980, o Chile, país laboratório do neoliberalismo na América Latina, viu surgir aquele que seria o maior grupo de rock do país, a banda Los Prisioneros. Oriundos de San Miguel, periferia de Santiago, os três jovens músicos se tornaram ídolos cantando mais

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política pela PUCSP, colunista das revistas AzMina e Interesse Nacional onde escreve sobre feminismo, política, audiovisual, cultura pop e resistências.

sobre política do que romance adolescentes. Suas canções falavam de consumismo, desigualdade social, imperialismo, precariedade da educação pública, desemprego. Ao mesmo tempo, recusavam levantar bandeiras partidárias (mas não a política), o discurso nacionalista, denunciando uma arte que se pretende engajada, mas é inofensiva, sem a menor atitude parresíasta - aquela de que enuncia um verdade tão insuportável que, ao fazê-lo, assume o risco de se arruinar.

Vivendo sob a ditadura de Pinochet, os integrantes de Los Prisioneros tiveram suas canções censuradas em rádios, assim como suas apresentações na televisão, mas acabaram se tornando muito populares pela distribuição de fitas cassete piratas, responsáveis levar a seus concertos multidões que sabiam as músicas de seus dois primeiros álbuns de cor. Mais de 30 anos depois do lançamento do segundo álbum da banda, *Pateando Piedras*, os membros da banda que seguem em atividade (Claudio Narea e Miguel Tapia) estiveram nas manifestações de 2019, onde mais uma vez a multidão entoava um hino anti-neoliberalismo composto na década de 1980, *El Baile de Los Que Sobran*. A letra fala da desilusão dos jovens que durante toda a vida escolar ouvem um conto de fadas meritocrático, mas ao terminar os estudos, percebem que não há universidade, trabalho ou futuro para todos.

Há 50 anos o receituário neoliberal proposto pela Escola de Chicago começou a ser aplicado mundo afora. Pregando redução de gastos públicos, desregulamentação da economia e relações trabalhistas, abertura de mercados à economia global, perda de direitos sociais - esse combo azedo que os países, sobretudo aqueles em desenvolvimento, foram obrigados a engolir, traz de sobremesa a emergência de uma racionalidade e, conseqüentemente, de modos de subjetivação. Este artigo pretende refletir sobre o modo como os sujeitos são produzidos e se articulam politicamente nesse contexto de neoliberalismo em ruínas e as possíveis linhas de fuga.

## **2 Subjetividades empresariais**

No curso “O Nascimento da Biopolítica” (1979), Michel Foucault mostra os deslocamentos do pensamento liberal do século XVIII para o neoliberalismo, que emerge na Alemanha e nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. As mudanças ocorreriam tanto na doutrina econômica quanto na prática governamental, constituindo um método de pensamento, uma racionalidade a partir da qual são produzidas novas subjetividades, submetidas à concorrência do mercado. Conforme explica Pelegrini (2019; p. 197),

em uma sociedade assim constituída, toda responsabilidade pelos sucessos ou fracassos do sujeito se torna individualizada. O desemprego ou o baixo valor de mercado do trabalhador é resultado direto das escolhas realizadas ao longo da sua vida e do investimento que realiza em seu capital humano. O trabalhador, assim, se torna um empresário de si mesmo.

Para as mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+, idosos e portadores de necessidades especiais, os efeitos materiais e imateriais do neoliberalismo vão incidir de modo distinto, já que se tratam de grupos historicamente em desvantagem em relação ao ideal universal do homem, branco, heterossexual, jovem e saudável. Por isso, não surpreende que políticos com um discurso de contraposição às novas direitas ultraliberais - líderes partidários e movimentos sociais institucionalizados - cite esses grupos na sua *denúncia* das desigualdades produzidas por uma governamentalidade da qual eles também são signatários. O caso mais recente foi o discurso de Lula na Assembléia Geral da ONU<sup>2</sup>. Após falar do combate ao racismo, xenofobia, intolerância religiosa, violência contra mulher e na defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, Lula emendou na crítica ao neoliberalismo econômico, como responsável pelo aprofundamento das desigualdades políticas e sociais, o que para ele estaria relacionado à tentação de substituir o neoliberalismo “por um nacionalismo primitivo, conservador e autoritário”.

O discurso de Lula é interessante porque ao mesmo tempo que se acena para todo um eleitorado em potencial com uma crítica econômica genérica, há um esforço em desatrelar o neoliberalismo do que ele chama de “nacionalismo primitivo, conservador e autoritário”. Sobre o primeiro ponto, é preciso recordar que estes grupos mencionados, ainda que relacionados intensa ou vagamente, com o espectro político à esquerda, são atravessados pela racionalidade neoliberal do mesmo modo que jovens homens brancos criadores de *startups*. Sobre o segundo, cabe lembrar que não são poucos trabalhos que analisam as aproximações entre a nova direita e neoliberalismo econômico, dentro e fora das universidades brasileiras<sup>3</sup>. É altamente improvável que Lula e sua equipe nunca tenham ouvido falar deles, já que a presidência do país mais rico e influente do mundo recentemente

---

<sup>2</sup> Discurso na íntegra disponível em Diário de Pernambuco, acesso em 25/09/2023 <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2023/09/confira-a-integra-do-discurso-de-lula-na-abertura-da-assembleia-da-onu.html>

<sup>3</sup> Falo sobre essa relação em minha dissertação de mestrado “Depois da Queda das Torres - A cobertura dos atentados de 11 de Setembro nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo” (2009).

foi ocupada por um sujeito cujo discurso era exatamente uma junção de ultraliberalismo na economia e nacionalismo conservador<sup>4</sup>.

A esse respeito, Wendy Brown (2019), observa: a era do provedor branco e seguro chegou ao fim. Se esta condição não pode ser revertida, ela pode ser instrumentalizada politicamente. “A raiva da direita contra o “politicamente correto” e a “justiça social” é alimentada pelo destronamento dos brancos, dos homens brancos especialmente, de todas as classes”. Nesse contexto, os rompantes de misoginia, racismo, xenofobia “portam os ressentimentos específicos e a raiva de um poder injuriado” (BROWN, 2019; p. 35). O ressentimento, diz a autora, é uma energia vital do populismo de direita, a pulsão afetiva do *troll* da Internet, do site anteriormente conhecido como Twitter e do comportamento de líderes como Trump. O neoliberalismo, diz Brown (2019; p. 43),

[...] ataca o social como uma ficção, através da qual a igualdade é buscada à custa da ordem espontânea gerada pela ordem e pela moral (...). Um estado despolitizado e antirregulatório, e que fornece o apoio para esfera pessoal aumentada é a apresentada como antídoto a esses perigos. O efeito desse antídoto é, todavia, desdemocratizar a cultura política e desacreditar as normas e práticas da inclusão, do pluralismo, tolerância e da igualdade para todo o grupo.

Constitui-se então um mercado que não é apenas eleitoral, mas que ocupando o espaço virtual, acabou por constituir um mercado no qual *coaches*, *youtubers* e *podcasters* ensinam a outros homens inseguros, a recuperar uma suposta masculinidade transcendente - aprendida em enlatados americanos e propaganda de desodorante em que modelos pulam de paraquedas, explodem carros e nadam com tubarões. Se fosse só isso, nada contra, mas parece que ser um homem à moda antiga, homem de valor, um macho alfa, um *red pill*, seja lá que nome estejam dando essa semana, não é só armas, musculação e harmonização facial. Precisa inferiorizar e tratar mal as mulheres e ter horror a feministas também.

### 3 Empreendedoras empoderadas

No livro “Feminismo para os 99% – Um Manifesto” (2019), as autoras Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser declaram a falência do feminismo liberal, entendido como “uma visão de igualdade baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o

---

<sup>4</sup> Wendy Brown em “Nas ruínas do neoliberalismo - a ascensão da política antidemocrática no ocidente” analisa o surgimento das novas direitas que possibilitaram a eleição de Trump em 2016

entusiasmo corporativo vigente pela diversidade”. Para as autoras essa vertente do feminismo não objetiva a igualdade de gênero, mas meritocracia: a possibilidade que um pequeno grupo de mulheres brancas privilegiadas possam compartilhar os postos de comando nas empresas e governos com os homens de sua classe.

Trata-se de uma crítica válida, que dialoga com a produção intelectual feminista mais recente, sobretudo do feminismo negro, que cada vez mais tem afirmado a diferença entre as mulheres. Tanto na academia quanto na militância feminista, busca-se incluir perspectivas decoloniais e recortes de raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero, maternidade e cuidados, pessoas com deficiências, entre outros marcadores sociais de diferença, entre outros. Entretanto, há que se reconhecer os méritos desse feminismo que hoje é chamado pejorativamente de liberal por atuar mais na esfera dos direitos. Avanços na esfera civil como lei do divórcio, poder herdar propriedades familiares, trabalhar ou ter passaporte sem autorização do marido, entre outros direitos de todas as mulheres, foram obtidos por meio da mobilização deste feminismo universalista.

O ponto é que no jargão da militância, feminismo liberal não se refere ao movimento sufragista ou pela legalização do aborto, mas à apropriação das pautas feministas pelo mercado e meios de comunicação. O processo que eu chamo de *feminismo publicitário* - também chamado pela escritora feminista Joanna Burigo chamou de *feminismo GNT* - inclui desde o *femvertising* (discurso feminista em propagandas) a um suposto *girl power* em *reality shows*<sup>5</sup>, passando por muitos programas televisivos e reportagens na imprensa feminina onde o feminismo é tão diluído que de movimento social se converte em autoajuda. Confundindo movimento social com libertação individual dos padrões de beleza e comportamento, ou ainda, dizendo que é possível se conformar a todos os padrões e ainda assim ser feminista, o feminismo publicitário é um veículo de autopromoção. Não há questionamento do mercado e das estruturas sociais, apenas empreendedoras

---

<sup>5</sup> No caso estou me referindo ao programa Big Brother Brasil, no qual um grupo de mulheres formou uma aliança empoderada e contra o machismo de seus antagonistas (negros), mas que eram muito tolerantes em relação ao assédio cometido dentro do programa por seus colegas (brancos). O texto “O feminismo publicitário venceu, agora ele precisa acabar” pode ser lido no site a revista Interesse Nacional <https://interessenacional.com.br/edicoes-posts/fhoutine-marie-o-feminismo-publicitario-venceu-agora-ele-precisa-acabar/>

empoderadas. A versão do empresário de si em uma embalagem cor-de-rosa como a da boneca Barbie - que este ano também passou a ser feminista<sup>6</sup>.

A respeito desse “sujeito neoliberal do feminismo”, Johanna Oksala (2019) explica que numa sociedade onde a competição econômica é maximizada, tornou-se totalmente concebível que as mulheres tenham interesses além de um lar feliz, desejando dinheiro, sucesso e poder. A feminilidade normativa não é mais direcionada a atrair interesse dos homens, mas se tornou firmemente ligada a ganhos econômicos. A aparência feminina –com o ideal de magreza e juventude– tornou-se um instrumento do capital humano e poder social. Está tudo bem, desde que se trate de uma *escolha* da mulher. O problema óbvio com esse foco excessivo na escolha, diz a autora, é que mulheres têm de fazer suas escolhas em uma rede de relações de poder altamente desigual. Essa desigualdade restringe opções profissionais e pessoais, construindo uma subjetividade onde impera a lógica da concorrência e mina as possibilidades de cooperação e solidariedade.

Não se trata, simplesmente, da mercantilização do discurso feminista, mas da extensão da lógica de mercado para todos os aspectos da vida social, como a vida amorosa<sup>7</sup> o próprio ativismo político, cada vez mais impulsionado por número de seguidores, visualizações e compartilhamentos - cifras, que para serem atingidas, por sua vez, requerem um *investimento* contínuo em novos equipamentos e habilidades. Conforme descreve Pelegrini (2019; p.199): a cidadania é esvaziada e substituída pela concorrência feroz entre sujeitos-empresa dotados de pequenas competências que se tornam irrelevantes a cada novo passo do ciclo tecnológico. Se no começo de 2023 a última tendência eram comediantes feministas debatendo ou fazendo react de misóginos que até então viviam em

---

<sup>6</sup> O filme “Barbie”, dirigido por Greta Gerwig, até o momento da submissão deste artigo foi o mais assistido de 2023, gerando mais de US\$ 1 bilhão de bilheteria, gerando críticas entusiasmadas sobre o feminismo da trama e críticas inflamadas pelo o mesmo motivo, sendo que é um filme sobre um brinquedo feito com anuência e financiamento da fabricante Mattel.

<sup>7</sup> Isso inclui uma série de *podcasts* em que as apresentadoras usam suas histórias pessoais para falar sobre encontros ruins, debater sobre namorar ou não um desempregado, postagens de feministas elogiando seus maridos ou mostrando como sabem colocar a mesa ou fotos de seminudez de mulheres dentro dos padrões de beleza para provar que feministas não são barangas.

nichos da web<sup>8</sup>, até a publicação deste artigo já terão passado outros nomes, outras ondas e outras mídias. Segue o baile.

#### 4 Feminismo empresa

Em meados da década passada, entre 2012 e 2016, o Brasil viveu sua “primavera feminista”, período marcado pela realização de manifestações de rua - além dos tradicionais atos de 8 de Março ou a Marcha das Margaridas - como a Marcha das Vadias, o protesto contra o projeto de lei de Eduardo Cunha que dificultava a realização do aborto legal e, mais tarde, pela mobilização suprapartidária, dentro e fora das redes, contra a candidatura de Jair Bolsonaro pelo movimento #EleNão. A onda feminista brasileira dos anos 2010, como em outros países, também recorreu à Internet como espaço de denúncia, mobilização e fazer político. Entre as ferramentas utilizavam estavam *hashtags*, como #meuprimeiroassedio e #eunaomerecoserestuprada, *blogs*, memes, canais no Youtube, páginas e grupos no Facebook, perfis no Instagram e Twitter.

O conteúdo era bastante variado: história do feminismo enquanto movimento social, ondas do feminismo, comentários sobre notícias de violência contra a mulher, assédio, violência de gênero, representação da mulher e reprodução de discursos machistas na mídia, relacionamentos amorosos (heterossexuais), maternidade compulsória, sobrecarga materna, pressão estética, padrões de comportamento, misoginia no mercado de trabalho, depoimentos pessoais, denúncias/exposição de pessoas ou situações de violência física ou psicológica contra mulher. Conforme os anos se passaram, o discurso foi adotado pela publicidade, *sites* de entretenimento, televisão (aberta inclusive), grandes marcas e pequenos produtores passaram a vender imagens com ícones do movimento. O feminismo

---

<sup>8</sup> Em fevereiro de 2023, o criador da página Manual Redpill, Thiago Schutz, viralizou com uma entrevista na qual ensinava que um homem nunca deve ceder a uma mulher, dando como exemplo a si mesmo, que supostamente não deixava de tomar seu Campari para acompanhar uma mulher tomando uma cerveja. A situação serviu para que muitos meios de comunicação fizessem reportagens como o tal *redpill* começa dando conselhos para conquista, mas é apenas o começo para uma seita virtual que prega o desprezo por feministas e a supremacia masculina. Serviu também para que várias comediantes do TikTok e Instagram se promovessem fazendo paródias do “coach do Campari”, que chegou a ameaçar duas delas. A exposição fez com que Schutz ganhasse mais seguidores, o que gerou o interesse de feministas em busca de engajamento irem a público debater com ele. O ponto alto desse feminismo de engajamento foi a matéria da Folha de S. Paulo, em que várias dessas comediantes e influenciadoras se congratularam por estar “desmascarando os *redpill*”.

estava na boca e nas atitudes de cantoras pop, estrelas de Hollywood e atrizes globais<sup>9</sup>. A monetização - que é a lógica das redes sociais - chegou aos perfis feministas, com publis<sup>10</sup>, palestras e publicações de livros que juntavam feminismo, autoajuda, de vez em quando, debate acadêmico<sup>11</sup> e alguns sites de notícias com viés feminista, como o portal Catarinas e a revista AzMina.

A dissolução dos limites entre o pessoal, o trabalho e o ativismo não é exclusividade do feminismo e feministas. É bom deixar registrado para que essa análise não sirva aos detratores do movimento - aqueles que nos chamam de “identitárias” - usem essas palavras de forma descontextualizada para nos acusar de servir ao neoliberalismo, fragmentar a esquerda e, no limite, ajudar na ascensão de líderes fascistas. Feita essa observação, voltemos ao problema do título, as resistências. Mais especificamente, quais as possibilidades de resistências num momento em que nossas subjetividades estão atravessadas pela lógica da concorrência e o simples ato de se manter trabalhando demanda exposição e engajamento contínuo nas redes sociais. O ativismo/trabalho, por sua vez, traz consigo problemas como roubo de dados, monitoramento dos deslocamentos e da comunicação privada, entre outros.

Em janeiro de 2017, um dia após Donald Trump assumir a presidência dos Estados Unidos, uma marcha de mulheres por justiça, igualdade de gênero e contra o avanço conservador no mundo reuniu 4 milhões de pessoas em Washington, capital do país. Na ocasião a filósofa e ativista Angela Davis, discursou sobre a promessa de um feminismo que se contrapõe ao projeto político de Trump, que combina xenofobia, supremacia masculina branca e hétero-patriarcal, fundamentalismo cristão e desinformação.

---

<sup>9</sup> Para citar alguns exemplos. Em 2014, Beyoncé se apresentou no MTV Video Music Awards e colocou a palavra FEMINIST em letras gigantes no fundo do palco. No ano seguinte, Lady Gaga participou da trilha sonora do documentário “The hunting Ground”, que retrata a cultura do estupro nas universidades dos Estados Unidos. 2015 também foi o ano em que as atrizes de Hollywood começaram a enfrentar o sexismo dos jornalistas nas entrevistas nos tapetes vermelhos de premiações. No Brasil, em 2016, as cantoras de MC Carol e Karol Conka lançaram a música 100% feminista; em 2017 a cantora Pitty falava sobre empoderamento feminino no programa Altas Horas, da rede Globo, maior canal de televisão aberta do país. O assunto também foi tema do programa Amor e Sexo, apresentado por Fernanda Lima, na mesma emissora.

<sup>10</sup> Nome dado ao conteúdo pago produzido por influenciadores digitais.

<sup>11</sup> Nesse sentido, destaca-se a publicação Explosão Feminista, organizada por Heloisa Buarque, que reuniu acadêmicas, militantes e ativistas digitais.



Os próximos 1.459 dias da gestão Trump serão 1.459 dias de resistência: resistência nas ruas, nas escolas, no trabalho, resistência em nossa arte e em nossa música. Este é só o começo. E termino nas palavras da inimitável Ella Baker: 'Nós que acreditamos na Liberdade não podemos descansar até que ela seja alcançada!<sup>12</sup>

Nos últimos anos, a produção intelectual feminista tem empreendido esforços para tentar escapar à captura neoliberal, seja pensando num feminismo para os 99%, recuperando a produção das feministas negras estadunidenses ou introduzindo outros pontos de vista, como é o caso do feminismo decolonial, do transfeminismo e a retomada do anarcofeminismo. Neste caso específico, o que parece estar ocorrendo é uma retomada das experiências do passado ou pela produção teórica atual de feministas anarquistas - dentre os quais se destacam a produção de Laura Fernandez Cordero, Chiara Bottici, Samantha Colhado, Fernanda Grigolin e os esforços de coletivos e editoras de Brasil, Argentina e Uruguai para recuperar a história de mulheres anarquistas, como as espanholas do *Mujeres Libres* e reeditar obras de autoras como Maria Lacerda de Moura, Emma Goldman, entre outras. Desse amplo conjunto de produções intelectuais feministas mencionado, gostaria de destacar as contribuições de duas jovens autoras que me parecem dialogar bem com o dilema da resistência diante do aparelho de captura permanente: “Por uma ética *queer*”, da brasileira Luísa Amaral, e “Feminismo Glitch”, da estadunidense Legacy Russell.

## 5 Desestabilizar a norma e recusar o assimilacionismo

Amaral (2023) define como objetivo da teoria *queer* o desafio de desestabilizar normas e discursos que estruturam as identidades e criam hierarquias entre elas, bem como confrontar a ideia de que as identidades seriam produto de uma essência inata. Parte desse enfrentamento é desenvolver outras epistemologias e criar relações que não reproduzam as hierarquias e violências que esses discursos geram. Nomeadas a partir da apropriação de um insulto - um termo pejorativo associado à homossexualidade no começo do século passado e posteriormente usado para referir às demais pessoas LGBTQIA+ -, as teorias *queer* compreendem temas como crítica à cis-heteronormatividade, ao binarismo de gênero, os

---

<sup>12</sup> O discurso completo pode ser lido na no site Brasil De Fato na reportagem “Leia íntegra do discurso de Angela Davis na marcha das mulheres contra Trump”. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/24/leia-integra-do-discurso-de-angela-davis-na-marcha-das-mulheres-contra-donald-trump>. Acesso em 25 set 2023.

processos de subjetivação que produzem identidades, lutas feministas e dissidências de sexo de gênero e os limites do ativismo reformista e assimilacionista.

Segundo a autora, as teorias *queer* possuem um compromisso político ou antipolítico - jamais apolítico. Ancorada em sua vivência como travesti e nos coletivos e espaços anarquistas, Amaral traça em seu trabalho um percurso que começa na (des)construção do sujeito *queer*, passa pela elaboração das teorias *queer*, crítica da ordem colonial e termina na recusa enfática do ativismo assimilacionista, exaltando a potência da negação. Segundo essa perspectiva, os ativismos LGBTQIA+ seriam excessivamente organizados em torno de identidades e na reivindicação de direitos. Estes podem funcionar como formas de regular subjetividades e populações, com o risco de reforçar normas e instituições que reproduzem formas de exclusão, exploração e violência. “Quando falamos em inclusão, quem está sendo incluído?”, questiona.

Esse ativismo tem, muitas vezes, envolvido parcerias com instituições violentas e corporações com trajetória marcada pela exploração brutal de pessoas e do mundo não humano. Essas alianças, por sua vez, criam a ilusão de que essas organizações estão ao nosso lado quando deveriam estar sendo confrontadas. Ao fazer da conquista de direitos através do Estado e da inclusão na ordem social como prioridade, essa forma de ativismo termina por afirmar e reforçar a legitimidade da própria ordem social. Além disso, grande parte do movimento lgbt+ institucionalizado acredita que dissidentes do sexo-gênero devem criar uma imagem respeitável a fim de conquistarem mais direitos e serem mais bem aceitos socialmente, o que, no fim das contas, acaba sendo uma aderência à heteronormatividade (AMARAL, 2023; 189).

Em contraposição a esse tipo de ativismo, a autora propõe que as subjetividades *queer* podem forjar alianças entre si e suas comunidades. Para isso é preciso desenvolver uma política autônoma e fora da dimensão estatal. Não se trata da reivindicação do Estado mínimo, como pregam os ultraliberais, mas de uma forma de sociabilidade e de resistência política que se articula para além do Estado e mesmo contra ele, que na contramão do *ethos* neoliberal, pautado pela competição, busca a autonomia e a solidariedade.

Citando o trabalho de Lee Edelman (2004), *No future: queer theory and the death drive*, Amaral usa o conceito de *queeridade* como uma potência de caráter negativo do futuro, que resiste a qualquer ideal de sociedade, considerando que “o futuro é a fantasia de uma promessa que nunca pode ser mantida” (AMARAL, 2023; p. 203). Em suas palavras,

[...] se o futuro é marcado por uma imprevisibilidade constitutiva, podemos pensar em futuridades que permanecem abertas e não são baseadas em um investimento nessa ordem social, nem em um otimismo ingênuo ou em um investimento em

uma ordem futura e imaginada, e sim em um movimento duplo que nega essa ordem social afirmando modos de ser inassimiláveis em um movimento de ruptura (IDEM, 2023; p.205)

Citando Sarah Ahmed (2010), Amaral discorre sobre as ideias normativas de felicidade e em seu contraste com duas figuras: a feminista estraga-prazeres (*feminist killjoy*) - a mulher que se recusa cumprir os papéis sociais dela esperados e, ao expor os motivos dessa negação, é apontada como alguém que estraga a felicidade das demais - e o revolucionário raivoso - aquele cujas formas de ação política não estão limitadas ao que é considerado legítimo, como a política eleitoral e os protestos pacíficos. Para ela, há algo de afirmativo na negação da ordem social pelo revolucionário e das ideias de sucesso e felicidade por *queers* e feministas. Essas formas de negação têm como ponto de partida a afirmação de uma diferença inassimilável, cujo desejo não cabe nas expectativas e trajetórias dadas como desejáveis pela ordem social.

As rotas de fuga propostas passariam pelo punk *queer*-feminista e pelo anarquismo. O primeiro oferece um exemplo prático para a criação de uma política interseccional e não essencialista, mobilizando noções de gênero e sexualidade críticas a qualquer noção de identidade estável e aos sistemas normativos de sociedades hegemônicas. O segundo, ao rejeitar o Estado, o capitalismo, a política institucional e combatendo diferentes formas de hierarquia e opressão, tem como foco elaborar uma política autônoma que se dá através da solidariedade e ação direta. Em ambos, busca-se criar laços e resistir ao assimilacionismo - o que se opõe diretamente às subjetividades neoliberais nos ativismos feministas.

## **6 Celebrando a potência da falha**

Nos primórdios da industrialização, a tecnologia não foi identificada como algo que tornaria a vida mais fácil e tranquila. Usurpados de todos os meios para prover sua subsistência, os trabalhadores tiveram que inventar formas de resistir. Pararam a produção com as greves e com a destruição do maquinário usado para aniquilar vidas. A falha (*glitch*) faz parte do sistema. É um erro gerado involuntariamente pela máquina. Pode ocorrer tanto no artefato fabril quanto nos sistemas computo-informacionais. Para Legacy Russell (2023), as falhas do ambiente virtual são espaços que auxiliam na construção das identidades pessoais de dissidentes da cisheteronormatividade, ao mesmo tempo que possibilitam a construção de comunidades para se organizar politicamente fora do ambiente virtual.

Retomando a discussão das potencialidades transformadoras do digital do começo dos anos 2000, especialmente do ciberfeminismo<sup>13</sup>, Russell afirma que o espaço digital se constitui como branco e ocidental, deixando à margem pessoas queer, trans e racializadas. Assim, a primeira tarefa do feminismo *glitch* seria recusar a construção do corpo de acordo com a tradição feminista branca, cisgênera e heterormativa. Mais do que a denúncia das opressões, os espaços on-line permitiriam às pessoas que não cabem nas caixas da norma, produzir suas subjetividades transcendentais, dentro e fora das telas.

“A Internet é um quarto só seu”, diz a autora em referência ao clássico feminista de Virginia Woolf<sup>14</sup>. Não se trata de uma busca por representatividade ou inclusão, que podem ser capturadas pelo capital, mas de fazer a máquina entrar em curto-circuito. Produzir falhas propositais que criam novas identidades recusando o binarismo de gênero, os mapeamentos cibernéticos e a captura capitalista. Russell, que é curadora de arte, cita em seu livro uma série de artistas e obras contemporâneas cujo trabalho tem a ver com essa ruptura como exemplo das possibilidades trazidas pelo ambiente virtual. Este estaria mais separado da “vida real”, sendo parte essencial tanto da formação das subjetividades, quanto das resistências.

Na contramão do otimismo exagerado e da superexposição cibernética a que somos convidadas constantemente, o *glitch* propõe a criptografia - não se deixar “ler” tão facilmente. Afinal, diz a autora, todo conceito de visibilidade pressupõe que você não está num sistema que o quer morto.

Como hiperobjeto, o gênero se torna um território geopolítico. É uma estrutura fundamental, construída e vivida. Incapazes de enxergar seus limites, as pessoas são forçadas a viver em seu interior como se o gênero fosse um mundo por si só. É por isso que, para reimaginar o corpo, é preciso reimaginar o espaço. A mudança revolucionária se manifesta mediante uma reconsideração do espacial, na negociação das limitações espaciais e identificando formas de derrubar, dissolver, romper essas fronteiras (RUSSELL, 2023; p.87-88)

A (des) codificação do gênero diz respeito tanto ao modo como ele é construído quanto a sua possibilidade ou não de leitura. A proposta é tornar as mensagens visíveis apenas para quem tem autorização de decifrá-las. Passando pelo racismo algorítmico,

---

<sup>13</sup> Ela dedica especial atenção ao *Manifesto Ciborgue*, clássico da teórica feminista Donna Haraway. Também estão lá contribuições de feministas negras sobre interseccionalidade e do teórico transfeminista Paul B. Preciado.

<sup>14</sup> Referência ao texto clássico de Virginia Woolf, “Um teto todo seu”.

monitoramento de ativistas, roubo e venda de dados pessoais na Internet, a autora recupera o debate sobre cultura de segurança, algo que tem caído no esquecimento em tempos de monetização dos movimentos sociais<sup>15</sup> e empreendedorismo ativista. Na contramão, a função do *glitch* não é gerar lucro, mas ser um vírus, paralisar as atividades, fazer funcionar de forma defeituosa, gerar danos à produtividade ao atacar seu funcionamento. Longe de buscar ser assimilado pela máquina, o *glitch* busca sua destruição.

Deixamos de funcionar para uma máquina que não foi construída para nós. Recusamos a retórica da ‘inclusão’ e não vamos esperar que esse mundo nos ame, nos compreenda, nos dê espaço. Vamos ocupar o espaço, quebrar esse mundo e criar novos” (IDEM, 2023; p. 144)

Russell adverte que nem toda ruptura radical proposta pelo *glitch* pode ser feita na Internet. Contudo, o meio digital é um espaço possível de conexões e experimentações livres da colonialidade e da articulação das coletividades.

Vamos nos mobilizar e agir! Reconhecemos que nem todo o trabalho pode ser feito o tempo todo na Internet. Completando o ciclo on-line-AFK<sup>16</sup>, nos atrevemos a viver longe das telas, incorporando nossos eus sempre escorregadios como uma ação ativista. Com a força dos mundos virtuais que atravessamos, reiniciaremos e reconstruiremos esses mundos quando eles não mais se adequarem e precisarem mudar. Ao longo desse ciclo, nos comprometemos a abrir espaço para críticas rigorosas, feedback, brincadeiras e prazer como ativismo (IDEM; p. 146-147).

## 7 Considerações finais

A onda feminista da década passada não passou imune à influência da racionalidade neoliberal e da assimilação mercadológica, uma vez que quem produz conteúdo feminista acadêmico e midiático ou faz parte de movimentos sociais, insitucionalizados ou não, é constituído por um modo de subjetivação que reproduz a lógica da competição e do mercado. Ainda assim, é possível verificar que existem esforços para distanciar as demandas do movimento social do discurso comercial. As obras recentes aqui analisadas são indicativas desse esforço de elaborar uma ética e uma teoria feminista mais inclusivas e que rejeitem tanto a superexposição da Internet quanto a assimilação desta luta e dos movimentos que com ela interseccionam - o movimento LGBTQIA+, por exemplo. Cientes de que a economia neoliberal opera também sobre as subjetividades, as autoras propõem recusar a captura do

---

<sup>15</sup> Nesse sentido, nada é mais emblemático que o Movimento dos Sem Terra (MST) estar na Bolsa de Valores desde 2021 oferecendo títulos com rendimentos de 5,5% ao ano.

<sup>16</sup> Sigla de “away from keyboard” (longe do teclado), expressão muito usada por *gamers*.

mercado por meio da criptografia e da coletividade, compondo um baile das pessoas que sobraram - mas que se recusam a dançar conforme o canto da sereia do neoliberalismo.

## Referências

AMARAL, L. **Por uma ética queer**. São Paulo, N-1 Edições, 2023.

ARRUZZA, C. BHATTACHARYA, T. FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo - a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo, Editora Politeia: 2019.

BURIGO, J. **Gênero Patriarcado Feminismo**. Porto Alegre, Editora Zouk: 2022.

OKSALA, J. "O sujeito neoliberal do feminismo". In: RAGO, M.; PELEGRINI, M. (orgs.). **Neoliberalismo, feminismo e contracondutas - perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019.

PELEGRINI, M. "Michel Foucault e a crítica feminista ao neoliberalismo". In RAGO, M.; PELEGRINI, M. (orgs.). **Neoliberalismo, feminismo e contracondutas - perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019.

RUSSELL, L. **Feminismo Glitch**. Belo Horizonte, Editora Âyiné: 2023.

**Recebido em:** 10/10/2023.

**Aprovado em:** 23/12/2023.

**Publicado em:** 19/01/2023